

Novo Congresso, ^{nacionais} velhas idéias.

O novo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), criou uma comissão de sete parlamentares para apresentar propostas de modificações no regimento interno da Casa e em alguns procedimentos legislativos, com o intuito de garantir maior eficiência no funcionamento da instituição e melhorar as imagens da classe política e do legislativo, totalmente desgastadas junto à população. Já há várias sugestões nesse sentido apresentadas pela bancada do PSDB e por um grupo suprapartidário de deputados, todos reeleitos. Esse é o primeiro reflexo positivo do recado depositado nas urnas de novembro pelos eleitores brasileiros, com aquela impressionante — e inédita na vida política nacional — **avalanche** de votos brancos e nulos.

É louvável a disposição do deputado gaúcho, em consonância com o desejo das lideranças partidárias mais representativas da Câmara e de todo o povo brasileiro. Não se constrói uma democracia duradoura sem um Legislativo forte e respeitado. E não haverá no Brasil um Congresso respeitado enquanto os parlamentares não se dedicarem mais ao trabalho, não abandonarem suas práticas fisiológicas e corporativas em favor de uma ação mais voltada para os interesses coletivos.

E este é o momento certo para encaminhar a discussão e tentar dar ao Congresso Nacional um novo perfil. Os novos deputados e senadores — a renovação foi de mais de 60% — chegam ao Legislativo entusiasmados com sua nova missão e ainda trazendo fresca na memória a lição tirada das urnas: eles estão em Brasília porque seus antecessores foram rejeitados pelos eleitores por não terem cumprido a contento seu papel de representantes populares.

Mas fazer os deputados trabalharem mais, acabar com as mordomias e eliminar antigos e daninhos vícios das atividades parlamentares não basta para dar ao Congresso Nacional uma imagem que o faça respeitado pela população. É preciso fazer uma outra revolução: é preciso mudar a "cultura" política da maioria da classe política brasileira. Mesmo trabalhando muito, mesmo renunciando às mordomias, o Congresso Nacional não terá um papel importante na solução dos problemas econômicos e sociais do País se a mentalidade da maioria de seus membros não mudar. Se as velhas idéias que prevaleceram durante a Constituinte — intervencionismo estatal, nacionalismo xenófobo, protecionismo, fisiologia — e que nos legaram a inflacionária Constituição dos "Miseráveis" não forem substituídas por idéias mais modernas, mais de acordo com o mundo sem barreiras deste final de século XX, o País continuará no mesmo lugar em que se encon-

tra agora. Excluído do futuro, para usar a expressão de Alvim Toffler.

Uma pesquisa realizada pelo **Jornal da Tarde** no novo Congresso, e publicada em nossa edição de quinta-feira passada, revela que de diferente esse Congresso só tem mesmo as novas caras dos parlamentares recém-eleitos. Em relação aos grandes temas nacionais, aqueles que irão definir o futuro do País, a posição da maioria é a mesma dos componentes do antigo Congresso. Os parlamentares defendem, por exemplo, a estabilidade do servidor público (64%), não querem o fim da isonomia salarial na área estatal (46% contra 40%) e defendem (58% contra 34%) a irredutibilidade dos salários dos servidores públicos em quaisquer circunstâncias, mesmo os que estiverem sobrando em suas repartições e forem colocados em disponibilidade. Dessa forma é impossível reduzir a máquina estatal.

A maior parte dos consultados pela pesquisa — 51% contra 47% — não aceita que a escola pública seja paga por aqueles que podem pagar. 54% querem manter a contribuição para a previdência social compulsória, contra 42% que acham que ela deve ser facultativa. E 59% ainda querem aumentar os benefícios adicionais da Previdência Social, todos itens que aumentam o custo do Estado para a sociedade.

Há alguns itens com respostas surpreendentes, que indicam um sopro de modernidade — com a maioria de 62% defendendo a ampliação do conceito de empresa nacional para facilitar a vinda do capital estrangeiro e 72% defendendo a extinção dos incentivos fiscais regionais —, mas que são praticamente anulados por respostas específicas a outras perguntas. A mesma maioria que quer mais capital estrangeiro defende o monopólio da Petrobrás.

Os que querem acabar com os incentivos regionais também defendem a manutenção da atual distribuição do número de cadeiras na Câmara dos Deputados, um critério que prejudica os Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, e beneficia os menos desenvolvidos, o que puxa as decisões do Congresso para o lado menos progressista. A maioria quer ainda modificar a distribuição da receita tributária, mas para favorecer, ainda mais, os Estados e municípios em detrimento da União quando, como se sabe, foi o aumento de dinheiro nas mãos dos prefeitos e governadores, em detrimento do governo federal, que gerou boa parte da inflação que enfrentamos da promulgação da Constituição de 1988 para cá.

Com um Congresso com essa mentalidade, dificilmente será possível mudar a Constituição dos "Miseráveis" nos pontos em que ela precisa ser mudada para que o Brasil possa aspirar ingressar no Primeiro Mundo.